

# AGRICULTURA FAMILIAR E AGRICULTURA NÃO FAMILIAR EM MICRORREGIÕES SELECIONADAS DO RIO GRANDE DO SUL: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO 2006.

STEIN<sup>1</sup>, Alexandre de Queiroz; CONTERATO<sup>2</sup>, Marcelo Antônio.

## Sessão Temática – Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural

### RESUMO

O presente artigo apresenta uma sucinta análise comparativa de algumas características distintivas da agricultura familiar e da agricultura não familiar. Definiu-se como critério trabalhar com os dados do Censo Agropecuário 2006 e com apenas as cinco microrregiões em que o valor bruto da produção agropecuária oriundo da agricultura familiar tem mais representatividade e as cinco microrregiões de maior contribuição da agricultura não familiar, seguindo definições a partir da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326). O objetivo é identificar traços distintivos e semelhanças entre as regiões em que predomina a agricultura familiar em comparação às microrregiões em que predomina a agricultura não familiar a partir do valor bruto da produção agropecuária. Os dados indicaram algumas distinções importantes entre os dois agrupamentos de microrregiões, com destaque para os aspectos relacionados à produção, níveis de mecanização e grau de concentração da produção agropecuária.

**Palavras-chave:** microrregiões, produção, agricultura familiar, agricultura não familiar

### 1 INTRODUÇÃO

O debate que orienta as discussões acerca da agricultura familiar e da agricultura não familiar, e suas derivações conceituais e empíricas, existentes no Brasil é bastante conhecido e não cabem maiores esclarecimentos<sup>3</sup>. O que o Censo Agropecuário (2006) nos possibilita, de forma inédita, é estabelecer análises comparativas entre agricultura familiar e agricultura não familiar.

Neste sentido, para além das definições normativas é importante ressaltar que a definição para agricultura familiar foi alvo de discussão durante um bom tempo, envolvendo acadêmicos,

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista BIC – UFRGS. Endereço eletrônico: [alexandreqstein@yahoo.com.br](mailto:alexandreqstein@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Mestre e Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor no Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço: Avenida João Pessoa, 31. Centro – Porto Alegre, RS. CEP: 90040-000. Endereço eletrônico: [marcelo.conterato@ufrgs.br](mailto:marcelo.conterato@ufrgs.br)

<sup>3</sup> A título de exemplo indica-se os seguintes trabalhos: INCRA/FAO (2000), Schneider (2003), Sacco dos Anjos (2003).

responsáveis pela elaboração das políticas públicas para o meio rural e também entidades representativas dos agricultores (GRANDO, 2011). Segundo Gasson e Errington (1993) citados por Abramovay (1997), existem alguns aspectos que caracterizam a agricultura familiar. Entre esses estão: a gestão da propriedade feita pelos proprietários, ligação de parentesco entre os integrantes das propriedades, trabalho fundamentalmente familiar, capital pertencente à família e os membros da família vivem na unidade produtiva<sup>4</sup>. Apesar de não ser o objetivo do trabalho ponderar sobre a agricultura familiar em si, não se pode deixar de registrar que esse estudo, indiretamente, abordará uma questão levantada por alguns estudiosos no Brasil (Abramovay, 1997), referente à dissociação da agricultura familiar com termos como “produção de baixa renda” ou “agricultura de subsistência”. Como será evidenciado, algumas microrregiões com maior presença da agricultura familiar tem alguns dos maiores valores de produção agropecuária do estado.

Essa é uma discussão que prevaleceu mais fortemente durante alguns anos atrás e que teve uma grande importância para a valorização e apreciação da Agricultura Familiar (AF). O objetivo do presente texto, porém, não é a discussão das definições de AF, mas sim evidenciar quais as grandes distinções entre AF e Agricultura Não Familiar em regiões selecionadas (ANF) no âmbito das microrregiões gaúchas. A distinção entre AF e ANF também foi escolhida pois há uma observação que pode ser realizada sobre a estrutura fundiária brasileira, e latino-americana em geral, que mostra uma estrutura denominada bi-modal pelo estudo de Johnston e Kilby (1975).

É uma estrutura em que a Agricultura Familiar não é o centro do desenvolvimento e onde as grandes extensões de terra, com trabalho assalariado, são de imensa importância econômica<sup>5</sup>. Quer-se, nesse texto avaliar a relação entre essas distintas formas de produção, verificando a existência dessa estrutura bi-modal ou desmistificar a polarização que recorrentemente a literatura forçosamente estabelece entre as formas familiares e não familiares de agricultura, como se estas vivessem e produzissem em mundo distintos e sob regras e normas absolutamente contrastantes. Não se trata aqui de testar grandes hipóteses e nem de avançar no debate acadêmico e seus contornos, mas num pequeno esforço em termos de comparação regional entre regiões em que predomina a agricultura familiar e regiões em que predomina a agricultura não familiar, especificamente a partir da contribuição do valor bruto de produção agropecuária.

Para tanto, primeiramente será feito um exercício que apontará quais as microrregiões selecionadas e qual o critério para definir a presença da agricultura familiar (doravante indicada como AF) e da agricultura não familiar (doravante indicada como ANF). Após isso serão apresentadas algumas informações iniciais sobre essas microrregiões, para inseri-las no contexto

---

<sup>4</sup> ABRAMOVAY, Ricardo – São Paulo em perspectiva – Abr/jun, vol. 11, nº2 73-78.

<sup>5</sup> ABRAMOVAY, op. Cit.

estadual. A seguir serão caracterizadas as variáveis selecionadas, demonstrando porque a escolha desses dados. Posteriormente será feita uma análise microrregional e o estabelecimento das diferenças e semelhanças, destacando as principais diferenças que caracterizam essas regiões.

## **2. A DIVERSIDADE DA AGROPECUÁRIA E O QUE APONTA O CENSO AGROPECUÁRIO 2006**

A formação histórica brasileira tratou de instituir uma estrutura agrária marcada pela dualidade. Não é recente, por tanto, a constatação da co-existência de grandes e pequenos estabelecimentos agropecuários, visto que ambos são produtos das distintas formas encontradas pelo Brasil, quer seja enquanto colônia, império ou república, de ocupação territorial, avanço e consolidação de suas fronteiras e inserção nos circuitos mercantis mundiais. Esta dualidade agrária e fundiária (Guimarães, 1963; Graziano da Silva, 1978; Gonçalves Neto, 1997) e também em termos monetários (Abramovay, 2000) já foi tratada pela literatura e não cabe no escopo deste trabalho resgatar este acúmulo.

O dualismo na estrutura agrária influenciou o surgimento de categorias sociais “específicas” que foram identificadas e caracterizadas à luz das ferramentas metodológicas e perspectivas teóricas hegemônicas em cada período histórico<sup>6</sup>. Se, até meados da década de 1980 e início da década de 1990, havia um forte apelo político e acadêmico pelo dualismo no debate acerca da agricultura brasileira, manifestado pela contradição entre agricultor tradicional e agricultor moderno, entre produção de subsistência e produção para o mercado ou mesmo entre pequeno produtor/pequena produção e grande produtor/grande produção, apenas mais recentemente (década de 1990) estas categorias foram tipificadas mais apropriadamente, embora a perspectiva dualista e o maniqueísmo ainda estejam presentes<sup>7</sup>.

Os resultados do convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), sistematizados no trabalho intitulado *Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto (INCRA/FAO, 2000)*, foram fundamentais para identificar e quantificar dois grandes tipos ou estilos de agricultura no Brasil, uma patronal e outra familiar. Estas designações deram eco ao debate estabelecido ao longo dos anos 90 a respeito das inconsistências teóricas, metodológicas e empíricas da caracterização dos tipos de agricultura existentes no Brasil. Embora tenha se preocupado mais em determinar o “tamanho” da agricultura brasileira, foi um marco importante no reconhecimento da

---

<sup>6</sup> O trabalho de Porto e Siqueira (1994) auxilia no entendimento deste processo.

<sup>7</sup> Veja-se, a título de exemplo, os trabalhos de Valente (2008) e Sauer (2008).

diversidade social, econômica e técnico-produtiva da agricultura brasileira, com destaque ao universo agrícola familiar.

Graças a este Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO os agricultores foram identificados não apenas pelo tamanho dos estabelecimentos, mas também pelo grau de integração aos mercados e pelo grau de especialização/diversificação produtiva. Avançou-se consideravelmente em relação a simples caracterização da estrutura fundiária, embora a polarização e a visão dicotômica continuassem dando o tom do debate. A grande questão continuava a ser como caracterizar e explicar a existência de um percentual significativo de agricultores em economia familiar e sua apenas “parcial” integração aos mercados. Seriam estes os agricultores de subsistência, tal como eram identificados durante os anos 1970 e 1980 ou, em face das mudanças ocorridas no meio rural e na agricultura, seriam famílias que se mantêm enquanto agricultores através da produção para o autosustento e de outras formas de inserção mercantil via combinação de atividades agrícolas e não agrícolas?

Mais recentemente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos dados do Censo Agropecuário 2006 e utilizando os critérios definidos pela Lei da Agricultura Familiar<sup>8</sup>, classifica o universo da agricultura brasileira em dois tipos: a familiar e a não familiar. Nesta metodologia o tamanho dos estabelecimentos é apenas um dos critérios de classificação utilizados. Sob o aspecto empírico, permanecem existindo os estabelecimentos que compreendem pequenas extensões de área, bem como os estabelecimentos caracterizados por grandes extensões. Além destes, há uma ampla variação em termos de uso de tecnologias, acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural, financiamento, proximidade e acesso aos mais diversos tipos de mercados, disponibilidade e uso de mão de obra entre outros tantos fatores de diferenciação social, econômica e produtiva entre os estabelecimentos agropecuários.

Embora os critérios metodológicos para classificação dos estabelecimentos agropecuários tenham sido modificados ao longo do tempo a concentração produtiva em um número reduzido de estabelecimentos parece fazer parte da essência do funcionamento da agricultura no Brasil. Esta concentração foi diagnosticada pelo Censo Agropecuário 2006 e aparece com bastante destaque no trabalho de Alves e Rocha (2010), particularmente quando os autores expressam sua perspectiva a respeito dos estabelecimentos agropecuários cujo valor da produção é baixo, particularmente quando

---

<sup>8</sup> Para os efeitos da Lei 11.326 de 2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

comparado ao valor corrente do salário mínimo. Embora se concorde com a constatação da concentração produtiva apontada pelos autores<sup>9</sup>, ao afirmarem que dos 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários identificados pelo Censo Agropecuário 2006, “restam 3.775.826 estabelecimentos, cujo valor da produção é de R\$ 128,13 por mês. Na agricultura, simplesmente não há solução para o problema de pobreza destes. Forte dose de política social, de caráter assistencialista, se faz necessária para manter as famílias a eles vinculadas nos campos. A maioria do grupo é nordestina e órfã de proteção política no âmbito da agricultura, seja em termos de política agrícola, seja de política de desenvolvimento rural, cabendo melhor no escopo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Neste grupo, concentra-se a grande maioria daqueles que migrarão para as cidades.”(pág. 288).

Na leitura de Alves e Rocha (2010) o Censo Agropecuário 2006 expôs a existência de dois grupos de agricultores. Um grupo produtivo, identificado com o agronegócio e toda sorte de cadeias produtivas, e um grupo não produtivo e, por consequência, pobre por auferirem renda agrícola baixa. Com base nesta constatação, os autores propõem que para o grupo de agricultores “improdutivos” “a solução do problema da renda somente por meio da agricultura não irá funcionar. Esta renda precisa ser complementada por: Programa Bolsa Família, aposentadoria rural, Bolsa Escola, transporte rural e urbano – para facilitar o estudo dos filhos e o emprego urbano de membros da família –, simplificação das leis trabalhistas – para o emprego em tempo parcial na agricultura – e estímulo ao agronegócio – porque ele tem grande potencial para gerar empregos temporários. É aqui que se precisa ganhar tempo, de modo que as cidades adquiram capacidade para abrigar parte desta população. Note-se, ainda, que metade deste contingente reside no Nordeste (p.276).

É neste cenário que fechamos esta seção para que na seção seguinte apresentemos alguns dados que consigam informar o quadro da concentração da produção agropecuária para o Rio Grande do Sul e para os dois grupos de microrregiões, neste caso em termos médios. Isso nos dará subsídios suficientes para embasar as análises comparativas, visto que a variável adotada para formar os dois grupos de microrregiões foi justamente a contribuição de cada forma de agricultura (familiar e não familiar) no valor da produção agropecuária.

### **3. UM OLHAR REGIONALIZADO DA AGROPECUÁRIA A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO 2006**

A divulgação dos dados do Censo Agropecuário 2006, pelo IBGE, permitiu um olhar de conjunto sobre as características da agricultura e da população rural envolvida neste setor

---

<sup>9</sup> De acordo com Alves e Rocha (2010), 8,2% dos 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários são responsáveis por 85% da produção agropecuária declarada.

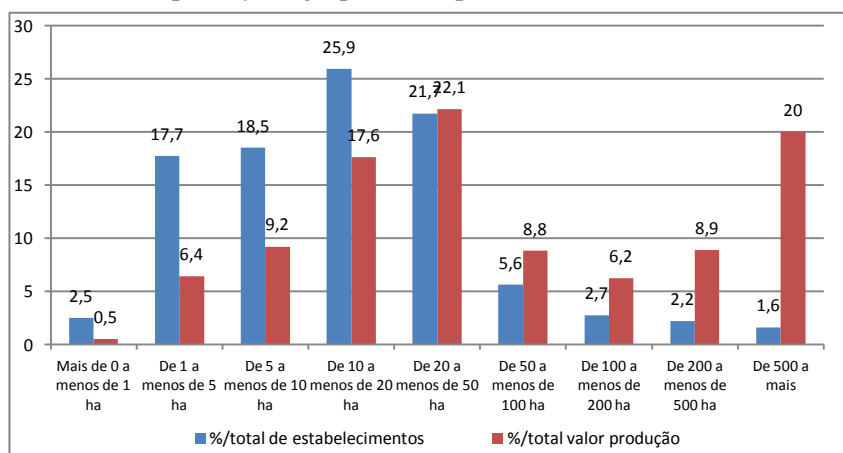
econômico. A década compreendida entre 1996 e 2006, período intercensitário, compreende um momento em que a agropecuária brasileira foi submetida a conjunto de transformações que, *latu senso*, consistem em um aprofundamento do padrão tecnológico gerado no período anterior.

O valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários do Rio Grande do Sul, em 2006, alcançou mais de 16 bilhões de reais (exatamente R\$ 16.693.595.000,00). Desse valor, a agricultura familiar (AF) foi responsável por 54,04%, enquanto a agricultura não familiar (ANF) foi responsável pelo 45,96% restantes. O IBGE utiliza uma divisão em que no estado aparecem 35 microrregiões. Olhando para o valor total de produção dos estabelecimentos agropecuários (valor de produção), pode-se notar que em 18 delas há predominância (mais de 50% do valor de produção) da AF, e as outras 17 apresentam maior participação da ANF.

Antes de adentrar à caracterização microrregional, cabe uma breve introdução aos dados para o Rio Grande do Sul, especificamente indicando a distribuição dos estabelecimentos agropecuários e do valor da produção por estratos de área e classes de valor da produção. Isso para o leitor ter uma primeira aproximação com as variáveis eleitas para sustentar a eleição das microrregiões. O Gráfico 1 representa a distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e do valor da produção agropecuária por estratos de área. De um total de 419 mil estabelecimentos agropecuários existentes no Rio Grande do Sul em 2006, 86,3% tinham menos de 50 hectares e respondiam por 55,8% do valor total da produção agropecuária.

Gráfico 1 – Rio Grande do Sul - Estabelecimentos agropecuários e valor total da produção agropecuária, por estratos de área ( %), 2006.

O segundo grupo de estabelecimentos, com mais de 50 hectares representavam 17,7% dos estabelecimentos e 44,2% do valor declarado da produção agropecuária, indicando uma significativa concentração do valor da produção nos estabelecimentos com mais de 50



Fonte: Censo agropecuário, 2006.

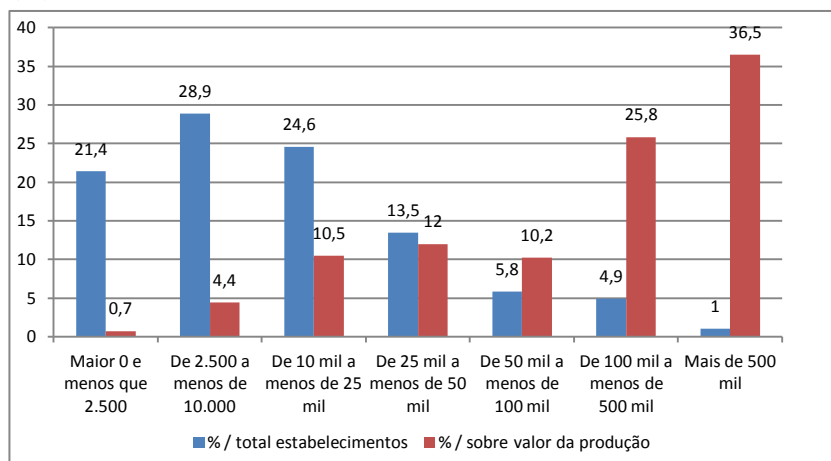
hectares, especialmente naqueles com mais de 500 hectares, que apesar de representarem apenas 1,6% do total dos estabelecimentos foram responsáveis por 20% de tudo o que foi produzido em 2006.

Por sua vez, o Gráfico 2 indica a distribuição percentual dos estabelecimento agropecuários e do valor da produção agropecuária a partir de classes de valor da produção. Há uma reafirmação dos

dados do Gráfico 1, visto que a grande maioria dos estabelecimentos (74,9%) produziram em 2006 menos de 25 mil reais e foram responsáveis por apenas 15,6% do valor total produzido. No outro extremo ou grupo, observa-se que apenas 5,9% dos estabelecimentos produziram mais de 100 mil reais, o que por sua vez representou 62,3% do total produzido pela agropecuária do Rio Grande do Sul.

Gráfico 2 – Rio Grande do Sul - Estabelecimentos agropecuários e valor total da produção agropecuária, por classes de valor da produção (%), 2006.

O Gráfico 2 explicita o principal critério adotado neste texto para estabelecer a comparação entre as microrregiões. Cabe destacar que a escolha por trabalhar comparando microrregiões com predominância em termos de número de estabelecimentos e de

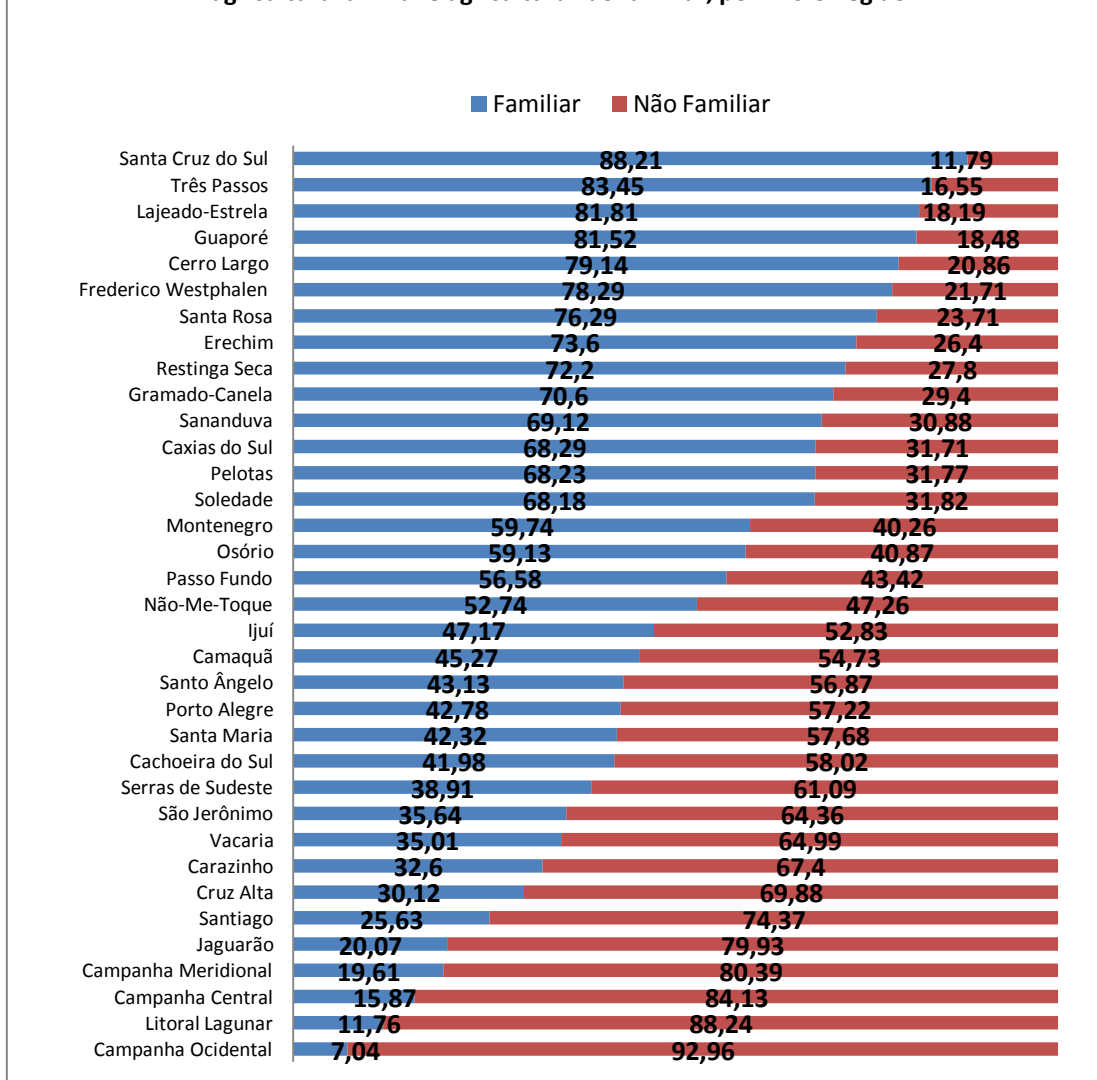


Fonte: Censo agropecuário, 2006.

valor da produção agropecuária, em numero de cinco, com as cinco microrregiões de predominância da agricultura não familiar se deve fundamentalmente por conta do grande número de microrregiões existentes (35) o que tornaria o trabalho excessivamente descritivo e para testar a hipótese da real existência de diferenças em termos de dinâmicas produtivas em cada universo selecionado. Reconhece-se que no universo de predominância da agricultura familiar há a presença de agricultores não familiares, o mesmo ocorrendo com a presença de agricultores familiares nas regiões de predominância da agricultura não familiar.

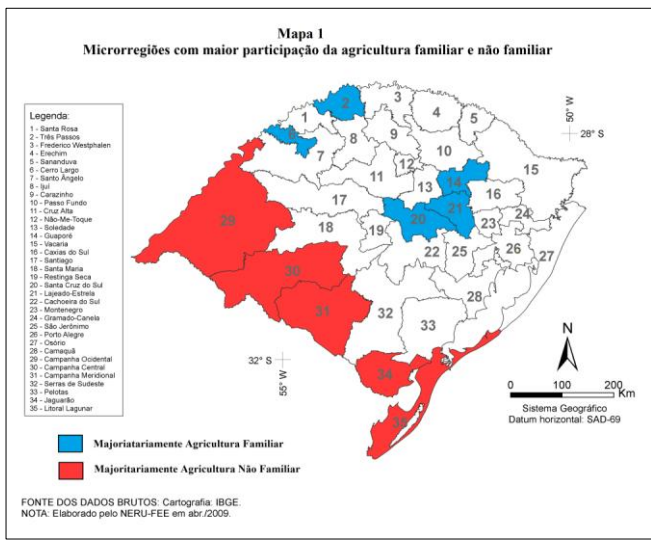
O Gráfico 3 abaixo indica a contribuição para cada uma das microrregiões da agricultura familiar e da não familiar em termos de valor bruto da produção agropecuária e as que se situam em cada um dos universos mais representativos.

**Gráfico 3 - Contribuição no valor total da produção agropecuária em 2006, agricultura familiar e agricultura não familiar, por microrregião.**



Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Pode-se notar que as microrregiões de Santa Cruz do Sul, Três Passos, Lajeado-Estrela, Guaporé e Cerro Largo apresentam-se como as cinco microrregiões com maior participação da agricultura familiar no valor total da produção. Por outro lado, podemos notar que as microrregiões da Campanha Ocidental, Litoral Lagunar, Campanha Central, Campanha Meridional e Jaguarão apresentam as menores participações da agricultura familiar. Apesar de não avançarmos neste

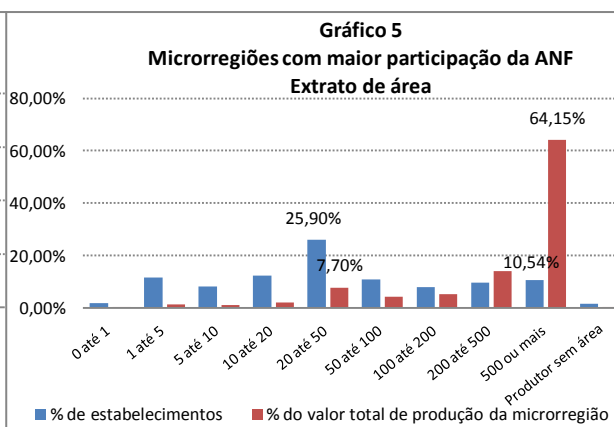
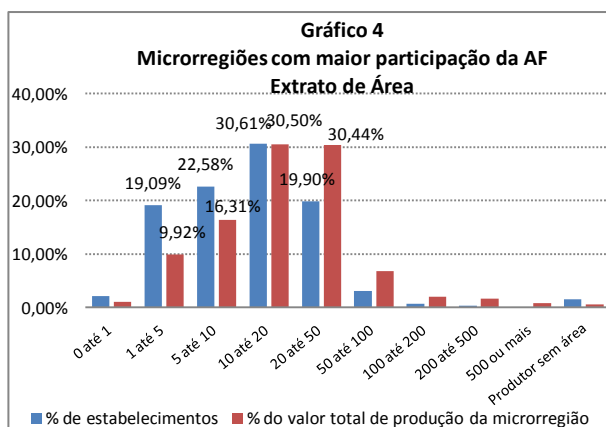


Fonte: Censo agropecuário, 2006.



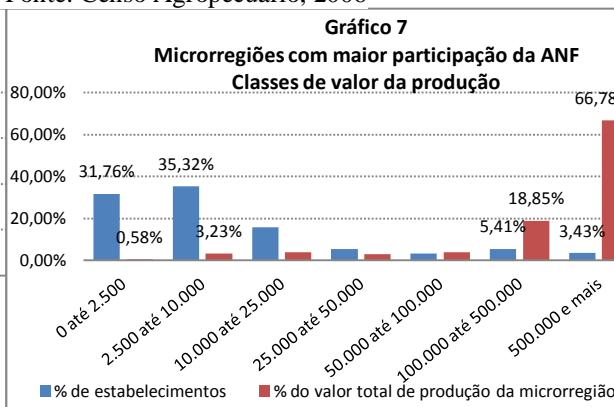
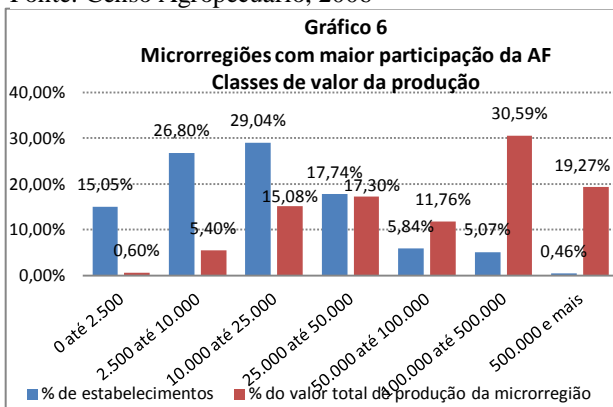
questo sabe-se que esta distribuição representa processos históricos arraigados em cada região, representados inicialmente das ações e políticas de ocupação e colonização ao longo de séculos e posteriormente das políticas agrícolas e agrárias, sem desconsiderar é claro as estruturas de mercado e as instituições e organizações existentes.

Olhando para o Mapa 1, verifica-se que a ANF está majoritariamente ao sul do estado e a AF está concentrada ao centro-norte do estado, o que evidentemente não se configura nenhum achado, mas pode lançar pistas no sentido de reconhecer o papel de cada uma delas nos processos e práticas de desenvolvimento regional. A partir do Gráfico 4 observa-se que em termos médios as regiões onde predomina a presença da agricultura familiar, notadamente com estabelecimentos até 50 hectares, há uma distribuição mais simétrica na relação entre estabelecimentos e o correspondente produzido por estes. Mas também cabe destacar a existência de certa concentração produtiva, especialmente entre 20 e 50 hectares, ao passo que um percentual importante de estabelecimentos destas microrregiões (superior a 40%), especialmente os com menos de 10 hectares acabam por contribuir relativamente pouco em termos de valor da produção (próximo de 25% do total). Por outro lado, o Gráfico 5 expressa uma elevadíssima concentração do total produzido em um número muito pequeno de estabelecimentos, especialmente acima de 500 hectares, que mesmo por representarem pouco mais de 10% do total de estabelecimentos produzem mais de 64% do valor da produção agropecuária.



Fonte: Censo Agropecuário, 2006

Fonte: Censo Agropecuário, 2006



Fonte: Censo Agropecuário, 2006

Fonte: Censo Agropecuário, 2006

Por sua vez, os Gráficos 6 e 7 revelam que nas microrregiões de predominância da agricultura familiar há um percentual muito significativo de estabelecimentos (71,3%) que produziram menos de 25 mil reais, com destaque ainda maior para o primeiro estrato de valor da produção, que indica que 15% dos estabelecimentos produziram menos de dois mil e quinhentos reais naquele ano. Por outro lado, mesmo nestas regiões, há o que poderíamos definir como uma importante concentração da produção agropecuária, dado que apenas pouco mais de 5% dos estabelecimentos produziram mais de 100 mil reais por estabelecimento, mas responderam por mais de 50% do valor da produção. Seriam estes os estabelecimentos não familiares destas regiões? Ainda assim em regiões de agricultura tipicamente familiar observa-se um elevado percentual de estabelecimentos com pequeno valor de produção. Ao se observar o Gráfico 7 esta assimetria é ainda maior, indicando um situação de concentração do valor da produção em um número ainda menos de estabelecimentos.

#### **4. COMPARANDO AS MICRORREGIÕES A PARTIR DE VARIÁVEIS SELECIONADAS**

Foram selecionadas, entre muitas variáveis disponíveis na base de dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE, algumas que pudessem demonstrar e comparar as microrregiões com grande participação da Agricultura Familiar (AF) e as com grande participação da Agricultura Não Familiar (ANF). A base de dados apresentava, para diversas questões, a distinção entre agricultura familiar e não familiar. Para muitos dados, porém, essa distinção não pôde ser feita, pois o sistema não disponibilizava. É o caso dos índices que expressam o número de tratores, colheitadeiras e semeadeiras. Nas variáveis em que ocorreu esse caso optou-se por utilizar a variável total, ou seja, sem separar entre AF e ANF. Três aspectos foram analisados durante e após a seleção das variáveis. São eles: concentração produtiva, tipo de produção e tecnologia.

Para analisar o aspecto da concentração produtiva das microrregiões, foi utilizada a divisão por extrato de área. Em um grupo estão as propriedades com até 50 hectares e em outro as propriedades com mais de 50 hectares. Para cada uma dessas classes foi relacionado o número de estabelecimentos dentro da microrregião (percentual), e a contribuição da classe para o valor total de produção da microrregião. Um dado que foi considerado importante de ser apresentado foi a contribuição das propriedades com mais de 500 hectares para a agricultura não familiar. Além disso, foi registrado, separadamente, o tamanho médio das propriedades familiares ou não familiares, dependendo da região.

Foi desenvolvido um índice de produtividade simples, que leva em conta a área total dos estabelecimentos da microrregião e o valor total da produção da mesma. Assim esse índice aponta

quantos mil reais se produziu por hectare em 2006. Nesse índice está sendo levada em conta a área total das propriedades, independente da área não utilizada para a produção. Esse indicador também está dividido entre AF e ANF, de acordo com a região.

Os últimos dois fatores que foram considerados são (a) o percentual de área total dos estabelecimentos que é utilizado pela AF ou pela ANF, dependendo da microrregião e (b) o percentual de estabelecimentos, em relação ao número total de estabelecimentos agropecuários, que tem a característica familiar ou não familiar, também dependendo da microrregião. Se olharmos para a relação entre o tamanho das propriedades e sua contribuição na produção veremos que a microrregião de Santa Cruz do Sul tem 93,82% do número de estabelecimentos com o tamanho de até 50 hectares. Sendo esses responsáveis por 90,35% do valor total de produção. O percentual de propriedades com mais de 50 hectares é de 3,12% e essas representam 8,19% de toda a produção. Os estabelecimentos familiares tem tamanho médio de 12,46 hectares, sendo que 93,94% do total de estabelecimentos são de cunho familiar e esses ocupam 75,66% da área total dos estabelecimentos da região. O índice de produtividade chega a 2,23 mil reais por hectare, ou seja, cada hectare tem produz um valor aproximado de R\$ 2.230,00. Podemos perceber, assim, que a produção da microrregião tem como base pequenos estabelecimentos familiares que tem uma grande produtividade.

Com um valor de produção que chega a 3,17% do total da produção do Estado, a microrregião de Três Passos aparece com a segunda maior contribuição da agricultura familiar para o total da produção da microrregião. Localizada ao norte do estado, essa região tem sua produção agropecuária baseada em propriedades familiares, visto que 93,75% dos estabelecimentos são de cunho familiar, ocupando esses 80,09% da área de produção. Olhando para o tamanho médio das propriedades familiares (12,57 ha/estabelecimento) veremos que também são pequenas propriedades, com uma alta produtividade (1,86 mil reais/hectare). Em termos de distribuição da produção encontramos a maioria dos estabelecimentos (95,23%) com o tamanho de até 50 hectares. Esses são responsáveis por 84,61% da produção da microrregião.

Nessa microrregião, assim como na maioria das microrregiões do estado a produção mais intensa é a vegetal. A agricultura familiar representa 83,45% de toda a produção da microrregião, sendo 54,59% com produção vegetal e 27,68% de produção animal. A produção agroindustrial aparece com uma contribuição mínima, de 1,18%. Dos 54,59% de contribuição que tem a produção vegetal, 50,94% provém da produção de lavouras temporárias. Na produção animal, a criação de animais de grande porte representa 15,76% e a criação de animais de médio porte representa 10,23%.

**Tabela 1 – Microrregiões do Rio Grande do Sul com maior participação da agricultura familiar – variáveis selecionadas**

Microrregiões		Santa Cruz do Sul	Três Passos	Lajeado-Estrela	Guaporé	Cerro Largo
<b>Características</b>	Participação na produção total do estado	4,81	3,17	5,02	3,65	1,80
	Número de tratores/ número de estabelecimentos com trator	1,14	1,19	1,12	1,08	1,12
	Número de colheitadeiras / número e estabelecimentos com colheitadeiras	1,10	1,06	1,07	1,07	1,14
	Número de sementeiras ou plantadeiras/número de estabelecimentos com sementeiras ou plantadeiras	1,11	1,19	1,13	1,12	1,13
	Tamanho Médio das Propriedades Familiares (ha/propriedade)	12,46	12,57	11,34	17,95	14,38
	Percentual de área da microrregião utilizada para produção agropecuária familiar	75,66	80,09	79,85	73,85	73,02
	Percentual de estabelecimentos agropecuários familiares	93,94	93,75	91,82	90,36	89,87
<b>Características Produtivas (Familiar e Não Familiar)</b>	Índice de Produtividade – estabelecimentos de AF (mil reais por Hectare)	2,23	1,86	2,96	2,40	1,73
	Percentual de estabelecimentos de 0 até 50 Hectares	93,82	95,23	95,64	92,4	94,67
	Percentual de participação na produção da microrregião (0 a 50 hectares)	90,35	84,61	92,42	85,93	87,95
	Percentual de estabelecimentos com mais de 50 Hectares	3,12	3,56	2,28	6,61	4,94
	Percentual de participação na produção da microrregião (0 a 50 hectares)	8,19	15,27	6,42	13,87	12,03
<b>Tipo de produção (Agricultura Familiar)</b>	<b>Participação da AF no Valor total de produção (%)</b>	<b>88,21</b>	<b>83,45</b>	<b>81,81</b>	<b>81,52</b>	<b>79,14</b>
	<b>Animal</b>	<b>8,64</b>	<b>27,68</b>	<b>51,33</b>	<b>38,87</b>	<b>23,46</b>
	Animal - de grande porte	4,97	15,76	12,08	11,83	17,21
	Animal - de médio porte	2,21	10,23	22,63	15,02	4,47
	Animal – aves	1,28	1,4	16,35	11,83	1,46
	Animal - pequenos animais	0,18	0,29	0,26	0,18	0,32
	<b>Vegetal</b>	<b>77,99</b>	<b>54,59</b>	<b>28,67</b>	<b>41,07</b>	<b>50,96</b>
	Vegetal - lavouras permanentes	0,48	0,24	0,61	6,57	0,11
	Vegetal - lavouras temporárias	72,35	50,94	21,56	29,86	49,26
	Vegetal – horticultura	1,81	0,8	0,89	3,27	0,89
	Vegetal – floricultura	0,05	0,01	0,06	0,03	0,01
	Vegetal – silvicultura	2,99	1,55	5,44	0,68	0,51
	Vegetal - extração vegetal	0,31	1,05	0,1	0,66	0,18
	<b>Agroindústria</b>	<b>1,58</b>	<b>1,18</b>	<b>1,81</b>	<b>1,59</b>	<b>4,72</b>

Fonte: Censo agropecuário. 2006.

Sendo a terceira microrregião com maior valor de produção dos estabelecimentos agropecuários, a microrregião de Lajeado-Estrela representa 5,02% de toda a produção do Rio Grande do Sul. Diferentemente da maioria das outras regiões do estado, nessa microrregião é predominante a produção animal. A agricultura familiar tem uma representação de 81,81% de toda a produção da microrregião, dividida entre animal (51,33%), vegetal (28,67%) e agroindustrial (1,81%). Se compararmos a produção animal de todas as microrregiões do estado, iremos ver que essa microrregião tem a maior contribuição para a produção animal, chegando a representar 13,15% do valor desse tipo de produção no Rio Grande do Sul. Dentro dessa produção animal, a criação de animais de médio porte é predominante, representando 22,63%, seguida da criação de aves (16,35%). As lavouras temporárias e o gado de grande porte também tem uma grande contribuição para o valor de produção, representando 21,56% e 12,08% respectivamente.

Olhando para a concentração da produção, veremos que também há certo nível de “igualdade” em termos de distribuição, pois a grande maioria das propriedades (95,64%), que são os estabelecimentos com até 50 hectares, são responsáveis pela maior parte da produção (92,42%). O índice de produtividade adotado também revela que as propriedades tem uma grande produtividade. Com 2,96 mil reais/hectare, a microrregião de Lajeado-Estrela aparece com o maior índice entre as microrregiões selecionadas. O tamanho médio das propriedades familiares, que representam 79,85% da área total dos estabelecimentos, é de 11,34 ha/estabelecimento. Para percebermos a dimensão da agricultura familiar, podemos notar também que essa se destaca no número de propriedades, representando 91,82% do número total de propriedades.

A microrregião de Guaporé representa 3,65% de todo o valor da produção rural no estado. A agricultura familiar nessa região representa 81,52% da sua produção. Dividindo esse percentual entre produção vegetal, animal e agroindustrial vê-se que essas são 41,07%, 38,57% e 1,59% respectivamente. Ou seja, a produção vegetal assume maior importância na microrregião. As lavouras temporárias representam 29,86% do valor de produção dos estabelecimentos agropecuários. A produção de animais de grande e médio porte e de aves também é representativa, ocupando os percentuais de 11,83%, 15,02% e 11,83% respectivamente. Distribuindo-se a produção de acordo com extratos de área, seguindo o quadro das outras microrregiões com predominância da agricultura familiar, nota-se que propriedades até 50 hectares são representadas 92,40% do número total de propriedades e contribuem com 85,93% do valor total de produção da microrregião. Os estabelecimentos familiares tem tamanho médio de 17,95 ha/propriedade. A produtividade da microrregião também é alta, com 2,40 mil reais/ha. Além de representar uma grande fatia do valor total da produção, os estabelecimentos rurais de cunho familiar representam 90,36% do número total de estabelecimentos e ocupam 73,85% da área total dos estabelecimentos na microrregião.

Em termos de agricultura familiar, a microrregião de Cerro Largo é a quinta com maior participação, no valor de produção, desse tipo de agricultura no estado. Diferentemente das 4 primeiras, porém, a região de Cerro Largo apresenta uma contribuição para a produção total do estado muito menor que as outras, de apenas 1,80%. A produção familiar representa 79,14% da produção da microrregião, sendo essa dividida em 50,96% vegetal, 23,46% animal e 4,72% agroindustrial. Pode-se notar que a produção das agroindústrias rurais é maior, relativamente, do que nas outras microrregiões. Os estabelecimentos com até 50 hectares de área representam 94,67% do número total de estabelecimentos e são responsáveis por 87,95% de todo o valor de produção. O índice de produtividade (1,73 mil reais/ha) dessa microrregião é a menor entre as cinco com maior participação da agricultura familiar analisadas, mas mesmo assim ainda está muito acima do índice das microrregiões com maior participação da agricultura não familiar.

A Tabela 2 expressa as características do grupo de microrregiões de predominância da agricultura não familiar. A microrregião da Campanha Ocidental tem uma participação mínima da agropecuária familiar no valor total de sua produção. Apenas 7,04% do total de sua produção provem da produção familiar. Apesar disso, a região da Campanha Ocidental aparece como a região que tem maior valor de produção no estado, sendo ela responsável por 5,45% de toda a produção do Rio Grande do Sul. A produção vegetal representa 92,96% de toda produção não familiar. A seguir está a produção animal, com 6,03% e posteriormente a produção agroindustrial, com participação de 0,46%. Dentro dessa produção vegetal as lavouras temporárias ocupam 86,02%.

Em termos de distribuição da produção, levando-se em conta o tamanho das propriedades, o quadro se inverte em relação às microrregiões que tem grande participação da agricultura familiar. Na região da Campanha Ocidental, a maior parte da produção (93,37%) provém de propriedades com mais de 50 hectares, sendo que essas são em menor quantidade (44,82%) do que os estabelecimentos com até 50 hectares (53,39%). Indo mais adiante com esse dado, fica evidente que a maior parte da produção provém de grandes propriedades, que ultrapassam os 500 hectares. Ou seja, a maioria da produção da microrregião está concentrada em algumas poucas propriedades com um grande valor de produção. Olhando para o número de propriedades com até de 50 hectares e sua contribuição para a produção pode-se notar claramente esta inversão, pois esses representam apenas 6,55% de toda a produção. Para dimensionar a presença da agricultura não familiar, pode-se ver que o tamanho médio das suas propriedades chega a 568,08 ha/propriedade. Sendo que essas ocupam 92,52% da área total dos estabelecimentos rurais. Seu índice de produtividade, que é de 0,39 mil reais/ha, por outro lado, é extremamente baixo em comparação com as microrregiões de agricultura familiar.

**Tabela 2 – Microrregiões do Rio Grande do Sul com maior participação da agricultura não familiar – variáveis selecionadas**

Microrregiões		Campanha Ocidental	Litoral Lagunar	Campanha Central	Campanha Meridional	Jaguarão
<b>Características</b>	Participação na produção total do estado	5,45	1,47	1,79	1,46	0,85
	Número de tratores / número de estabelecimentos com trator	2,44	1,91	1,97	1,98	2,12
	Número de colheitadeiras / número e estabelecimentos com colheitadeiras	1,71	2,85	1,58	1,54	2,39
	Número de semeadeiras ou plantadeiras/número de estabelecimentos com semeadeiras ou plantadeiras	1,67	1,97	1,57	1,57	1,63
	Tamanho médio das propriedades não familiares (ha/propriedade)	568,08	528,25	557,97	522,88	516,87
	Percentual de área da microrregião utilizada para produção agropecuária não familiar	92,52	87,43	91,73	91,08	84,37
	Percentual de estabelecimentos agropecuários não familiares	37,80	21,74	36,32	34,72	28,34
<b>Características Produtivas (Familiar e Não Familiar)</b>	Índice de Produtividade – estabelecimentos de ANF (mil reais por Hectare)	0,39	0,47	0,19	0,20	0,29
	Percentual de estabelecimentos de 0 até 50 Hectares	53,39	73,82	55,49	58,68	56,89
	Contribuição percentual à produção da microrregião (0 a 50 hectares)	6,55	9,05	11,84	17,29	16,04
	Percentual de estabelecimentos com mais de 50 Hectares	44,82	25,19	43,12	38,90	41,71
	Contribuição percentual à produção da microrregião (mais de 50 hectares)	93,37	90,88	88,00	82,20	83,80
<b>Tipo de produção (Não Familiar)</b>	<b>Participação da ANF no Valor total de produção (%)</b>	<b>92,96</b>	<b>88,24</b>	<b>84,13</b>	<b>80,39</b>	<b>79,93</b>
	<b>Animal</b>	<b>6,03</b>	<b>3,58</b>	<b>10,77</b>	<b>12,87</b>	<b>5,29</b>
	Animal - de grande porte	2,55	2,63	4,97	9,39	2,65
	Animal - de médio porte	3,31	0,91	5,53	2,91	2,55
	Animal – aves	0,11	0,03	0,15	0,22	0,07
	Animal - pequenos animais	0,06	0,02	0,12	0,35	0,01
	<b>Vegetal</b>	<b>86,46</b>	<b>84,56</b>	<b>71,96</b>	<b>66,68</b>	<b>74,62</b>
	Vegetal - lavouras permanentes	0,06	0,00	0,72	0,94	0,94
	Vegetal - lavouras temporárias	86,02	71,85	70,65	64,65	72,99
	Vegetal – horticultura	0,27	0,16	0,14	0,65	0,02
	Vegetal – floricultura	0,00	X	0,00	0,00	X
	Vegetal – silvicultura	0,11	12,54	0,43	0,40	0,65
	Vegetal - extração vegetal	0,00	0,01	0,02	0,04	0,01
<b>Agroindústria</b>	<b>0,46</b>	<b>0,09</b>	<b>1,40</b>	<b>0,83</b>	<b>0,02</b>	

Com uma contribuição de 1,47% para o total da produção agropecuária do Rio Grande do Sul, a microrregião do Litoral Lagunar aparece dentre as regiões com menor valor de produção no Estado. A agricultura não familiar, além de representar 88,24% de toda a produção, ainda representa 87,43% da área total dos estabelecimentos agropecuários da microrregião. Mas mesmo assim, o número de estabelecimentos não familiares não é predominante, representando apenas 21,74% do total de estabelecimentos. Esses 21,74% tem uma área média de 528,25 ha/propriedade.

Com índices de produtividade também muito baixos (0,49 mil reais/ha), a microrregião também apresenta uma grande concentração produtiva nas grandes propriedades. Estabelecimentos com mais de 50 ha são apenas 25,19% do número total de estabelecimentos, sendo esses responsáveis por 90,88% do valor total de produção da microrregião. Mais uma vez a maioria dos estabelecimentos tem área de até 50 ha e tem participação reduzida na produção rural das microrregiões. Ao olhar o tipo de produção da microrregião, veremos que a produção vegetal representa 84,56% de todo valor da produção, sendo as lavouras temporárias predominantes (71,85%). Podemos destacar ainda, na produção vegetal, a silvicultura, com 12,54% de participação. A produção animal (3,58%) e agroindustrial (0,09%) tem uma representatividade muito pequena nessa região.

A microrregião da Campanha Central não figura entre as que têm maior valor de produção no estado. Sua produção representa apenas 1,79% de toda a produção agropecuária gaúcha. Ocupa papel de destaque em termos de participação da agricultura não familiar, que representa 84,13% de todo o valor de produção da microrregião. A área ocupada por esse tipo de agricultura chega à 91,73% da área total dos estabelecimentos da microrregião. O tamanho médio das propriedades não familiares está na casa dos 557,97 ha/propriedade. O número desses estabelecimentos, porém, é menor do que os de cunho familiar, representando apenas 36,32% do total de estabelecimentos.

O percentual de estabelecimentos com mais de 50 hectares é de 43,12% e esses representam 88,00% de toda a produção da Microrregião. Novamente podemos evidenciar que a maior parte da produção provém de um extrato que não é maior em número de estabelecimentos. Se olharmos a representatividade dos estabelecimentos com mais de 500 hectares, veremos que esses representam mais da metade da produção, chegando ao percentual de 54,82%. Entre as microrregiões selecionadas, a produtividade da Campanha Central é a menor, com um índice de 0,19 mil reais/ha.

Olhando para o tipo de produção da microrregião, a produção vegetal (71,96%) é a que se destaca, seguida da animal (10,77%) e posteriormente, com participação mínima, a produção agroindustrial (1,40%). Semelhante ao padrão das outras microrregiões, a produção das lavouras temporárias representa 70,65% da produção não familiar.



Situada ao sul do estado, a microrregião da Campanha Meridional é a quarta com maior presença da agricultura não familiar em seu valor total de produção (80,39%). Pode-se notar que predomina, na produção não familiar da região, a produção vegetal (66,68%), figurando com destaque as lavouras temporárias (64,65%). A produção animal e agroindustrial tem uma representação bem menor, representando 12,87% e 0,83% do valor de produção respectivamente. Além das lavouras temporárias, dentre a produção não familiar destaca-se somente a produção de gado de grande porte (9,39%).

Além de representar a maior parte do valor de produção, a agricultura não familiar representa, na microrregião, 91,08% da área total dos estabelecimentos. Em relação ao número de estabelecimentos, porém, a ANF representa apenas 34,72% dos estabelecimentos. Ainda dentro da ANF encontra-se propriedades com tamanho médio de 522,88 hectares. Olhando a concentração da produção pode-se verificar que o menor extrato de estabelecimentos, de área superior a 50 hectares, é a responsável por 82,20% da produção da microrregião. O índice de produtividade da microrregião aparece reduzido, com o valor de 0,20 mil reais/hectare. Em relação ao estado, a Microrregião da Campanha Meridional apresenta uma pequena contribuição para o valor total da produção, de apenas 1,46%.

A microrregião de Jaguarão figura como a região com menor valor de produção no estado. Sua contribuição representa apenas 0,85% do valor total de produção do Rio Grande do Sul. Destaca-se também por ser uma das cinco com maior participação da ANF no valor de produção da própria microrregião (79,93%). Semelhante a maioria das microrregiões do estado, essa região tem como destaque a produção vegetal. A produção vegetal da ANF é responsável por 74,62% da produção da microrregião, sendo as lavouras temporárias responsáveis por 72,99%. A produção animal e agroindustrial da ANF representam 5,29% e 0,02% respectivamente.

A quantidade de estabelecimentos não familiares representa apenas 28,34% do número total de estabelecimentos agropecuários, esses, porém, ocupam 84,37% da área total dos estabelecimentos agropecuários da Microrregião, pois tem um tamanho médio de 516,87 ha/propriedade. A distribuição do valor de produção também é desigual. Olhando a agricultura como um todo tem-se que 83,80% da produção provém dos estabelecimentos com mais de 50 hectares, que são apenas 41,71% do número total de estabelecimentos. Desses 83,80%, a maior parte (64,30%) provém de estabelecimentos com mais 500 hectares de área. O índice de produtividade da microrregião (0,29 mil reais/hectare), como de todas as demais microrregiões com grande participação da ANF, se mostrou baixo em comparação às microrregiões com grande participação da AF.

Fazendo uma comparação entre os índices de tecnologia selecionados podemos tirar algumas conclusões quando comparando as microrregiões com grande participação da ANF e da AF. Todas

as microrregiões com grande participação da ANF apresentaram um número elevado superior na variáveis selecionadas. Como podemos ver na análise de cada microrregião, essas microrregiões (ANF) apresentam propriedades em geral maiores, que tem como principal tipo de produção as lavouras temporárias. Em geral a produção de arroz em casca e de soja em grão são predominantes, chegando, em algumas regiões, a ocupar mais de 90% da produção das lavouras temporárias, como é o caso da Campanha Ocidental. Esse tipo de agricultura exige um uso muito mais intenso de tratores, colheitadeiras e semeadeiras do que outros tipos de produção vegetal, como o fumo por exemplo, que é a produção predominante na Microrregião de Santa Cruz do Sul.

No quesito número de tratores por estabelecimentos com trator, as microrregiões de Guaporé (1,08), Lajeado-Estrela (1,12) e Cerro Largo (1,12) aparecem com os menores índices (Tabela 1). Por outro lado, as microrregiões da Campanha Ocidental (2,44) e Jaguarão (2,12) aparecem com os maiores índices (Tabela 2). No segundo índice, as microrregiões de Três Passos (1,06), Lajeado-Estrela (1,07) e Guaporé (1,07) aparecem com o menor número de colheitadeiras por estabelecimento com colheitadeiras. Com o maior índice aparecem as microrregiões do Litoral Lagunar (2,85) e Jaguarão (2,39). Já no terceiro índice, referente ao número de semeadeiras, destacam-se, com baixos índices, as microrregiões de Santa Cruz do Sul (1,11) e Guaporé (1,12). Já com um alto índice aparecem as microrregiões do Litoral Lagunar (1,97) e Campanha Ocidental (1,67).

Dentre as microrregiões do mesmo grupo não há uma grande variação. Isso evidencia certo padrão que revela um maior nível de utilização de máquinas agrícolas nas microrregiões com agricultura não familiar. Analisando-se outro dado, o número de tratores, colheitadeiras ou semeadeiras de cada microrregião, veremos que a diferença entre as regiões nesse quesito não é muito significativa. Os índices, porém não levam em consideração o número total de propriedades, mas o número de propriedades que contém pelo menos uma máquina do tipo correspondente ao índice (no caso do índice de tratores só se leva em conta propriedades com pelo menos um trator, por exemplo). Ou seja, nas microrregiões com ANF podemos dizer que temos menos propriedades com tratores, porém em cada uma dessas propriedades se tem uma concentração maior de tratores. Isso está ligado ao fato de que nessas microrregiões as propriedades são maiores e por isso demandam uma quantidade maior de máquinas.

## **5. CONCLUSÃO**

Verificamos assim que tanto a AF como a ANF ocupam espaços importantes e diversos na agricultura do Rio Grande do Sul. A partir da comparação entre as microrregiões selecionadas, nota-se que existem padrões que são seguidos por esses diferentes tipos de agricultura. Com certeza, esses

padrões não são rígidos, e, ao que parece, variam de acordo com o grau de intensidade da microrregião. Conseguiu-se verificar que tanto a AF como a ANF assumem importâncias cruciais nas microrregiões em que predominam, de forma que a maior parte da produção agropecuária das microrregiões provém dessas formas de agricultura, seja ela AF ou ANF. Ou seja, não necessariamente a ANF é o eixo econômico agrícola, mas também a AF pode ocupar esse papel.

Pode-se notar que nas microrregiões com agricultura familiar predominante, é exigido um “esforço” muito maior desse tipo de agricultura, no sentido em que é preciso um grande número de estabelecimentos desse cunho para esses ocuparem a maior parte do valor da produção. A microrregião de Santa Cruz do Sul, por exemplo, é necessário que 93,94% dos estabelecimentos sejam de AF para que essa represente 88,21% do valor de produção. Assim se repete em todas as outras microrregiões de agricultura familiar, com situação até mais evidentes, pois uma pequena diminuição na porcentagem do número de estabelecimentos dessa ordem representa uma diminuição muito maior no percentual de valor de produção que esses representam.

Nas microrregiões com uma predominância da ANF encontramos uma situação diferente. Com um pequeno percentual do número de estabelecimentos, esses já representam uma grande quantidade do valor de produção. O caso mais extremo parece ser o da Microrregião de Litoral Lagunar, em que apenas 21,74% dos estabelecimentos não familiares representam 88,24% de todo o valor de produção.

Olhando-se para o tamanho médio das propriedades explicamos essas diferenças. Nas microrregiões selecionadas, o tamanho médio das propriedades familiares não passou de 18 hectares. Já as propriedades não familiares não apresentaram média menor do que 515 hectares por propriedade. Ou seja, microrregiões com AF são formadas por uma grande quantidade de pequenas propriedades e microrregiões com ANF são formadas por uma pequena quantidade de grandes propriedades. Na microrregião de Cerro Largo, que apresenta o menor número percentual de estabelecimentos familiares entre as cinco microrregiões, encontramos 9.559 estabelecimentos familiares, enquanto na região da Campanha Ocidental, que é a que apresenta maior número percentual de estabelecimentos não familiares, o número absoluto chega a apenas 3.836 estabelecimentos não familiares.

Olhando somente para o número de pessoal ocupado na microrregião de Cerro Largo, que é a microrregião de AF com menor número, pode-se perceber que há mais pessoas ocupadas do que em quase todas as microrregiões de ANF, com exceção da microrregião da Campanha Ocidental. É possível afirmar, portanto, que o sistema de ANF de grandes propriedades, que é o sistema contido nas microrregiões selecionadas, implica um número de pessoas ocupadas muito menor do que o sistema de AF, com pequenas propriedades, presente no estado. Essa diferença é tão significativa que

a microrregião de AF com maior número de pessoal ocupado (Santa Cruz do Sul) tem quase três vezes o número de pessoal do que a microrregião com maior número de pessoal ocupado entre as regiões de ANF (Campanha Ocidental).

Em termos de concentração produtiva, é visível também que nas microrregiões com maior ANF, a produção está concentrada majoritariamente nas grandes propriedades, que representam o menor número de estabelecimentos agropecuários. Há que se destacar ainda a importância dos estabelecimentos com mais de 500 hectares para as microrregiões de ANF, pois esses representam, em todas as microrregiões selecionadas, mais de 50% da produção, chegando a 77,27% no caso do Litoral Lagunar. No caso das microrregiões de AF acontece ao contrário, as pequenas propriedades, que são a maioria, também são responsáveis pela maior parte da produção.

Em termos de tipo de produção, pode-se notar que tanto nas microrregiões de ANF quanto nas de AF, as lavouras temporárias ocuparam a maior parte da produção. A grande diferença, porém, está na produção animal. Enquanto em nenhuma das microrregiões de ANF a produção animal não ultrapassou os 13% de participação, nas microrregiões de AF, somente uma (Santa Cruz do Sul) não teve produção animal maior do que 20% do valor total de produção. A microrregião de Lajeado-Estrela, por exemplo, apresentou a maior parte do valor de produção familiar sendo fruto da produção animal. Os índices de agroindústria, apesar de serem ínfimos em quase todas as microrregiões (exclui-se Cerro Largo, que chega a 4,72%), são superiores nas microrregiões de AF. No caso da microrregião de Jaguarão, por exemplo, a agroindústria quase não existe, representando apenas 0,02% da produção.

Verifica-se, de acordo com os dados analisados, que há a chamada “Inverse Relationship”. Esse termo apresentado por Cline (1970) diz que há uma relação inversa entre dois parâmetros: área e valor de produção. Isso aponta que (a) o produto por área cai sistematicamente com o aumento da superfície das fazendas e (b) o mesmo ocorre com a utilização do trabalho, muito menor nas grandes fazendas do que nas pequenas<sup>10</sup>. Como vimos, as regiões com ANF tem maiores propriedades, com uma produtividade menor e menos pessoal ocupado.

É possível considerar, com isso, que o sistema de agricultura não familiar, com grandes propriedades, com o valor de produção concentrado em grandes estabelecimentos, com pouco pessoal ocupado, e produzindo em sua grande maioria commodities para exportação, têm um nível de concentração de renda muito maior do que no tipo de produção da agricultura familiar. Uma das características da chamada estrutura bi-modal é estar presente em países com uma grande

---

<sup>10</sup> Abramovay, op. Cit.

concentração de renda.<sup>11</sup> Pode-se dizer que essa estrutura se configura nas microrregiões com predominância da ANF, porém não no estado do Rio Grande do Sul. Agricultura familiar, com pequenas propriedades, valor de produção repartido entre diversas pequenas propriedades, com um tipo de produção mais diversificada e com um número de pessoas ocupadas muito maior, não concentra renda da maneira que acontece na ANF. Sendo assim, a AF aparece como eixo do desenvolvimento econômico em algumas microrregiões. Para concluir pode-se evidenciar um dado que desassocia a AF da chamada produção de baixa renda ou de subsistência.

Por fim, convém registrar que este estudo apresenta um limite muito claro que é o de comparar microrregiões a partir de alguns indicadores mas que suas dinâmicas agropecuárias não podem ser reduzidas às variáveis aqui selecionadas. Seria de extrema importância buscar informações mais qualificadas a respeito do universo de estabelecimentos familiares que de acordo com o Censo Agropecuário 2006 contribuem muito pouco com o valor da produção agropecuária. Seriam locais de residência? Seriam os típicos agricultores que combinam atividades agrícolas e não agrícolas? Estas serão as perguntas a serem respondidas nas próximas etapas desta pesquisa.

## **BIBLIOGRAFIA**

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário – 2006, <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/>. Acesso em 10/03/2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)/ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO (FAO). **Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica. Brasília, 2000.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

ANJOS, F. S. dos. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EDUFPEL, 2003.

GRANDO, M. Z. . Um retrato da agricultura familiar. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2011 (Texto para Discussão).

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997.

ABRAMOVAY, R. Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico. IPEA/NEAD/MDA, 2000.

---

<sup>11</sup> Abramovay, op. Cit.

- GUIMARAES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. São Paulo, Paz e Terra, 1963.
- GRAZIANO da SILVA, J. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. 2ed. São Paulo:HUCITEC, 1978.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- PORTO, M. S. G. e SIQUEIRA, D. E. A Pequena Produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias analíticas. Produção Familiar, Processos e Conflitos Agrários. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, IFCH/PPGS, v. 6, p. 76-88, 1994.
- VALENTE, A. L. Algumas reflexões sobre a polemica agronegócio versus agricultura familiar. Textos para Discussão n. 29. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.
- SAUER, S. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Textos para Discussão, n. 30. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.
- ALVES, E.; ROCHA, D.P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J.G.; VIEIRA FILHO, J.E.R.; NAVARRO, Z. *A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA/MAPA, 2010, p.275-289.